

O CEARÁ EM ESTADO DE CONFERÊNCIA: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AS CONFERÊNCIAS DE CULTURA

Leandro Silva¹

Renata Melo²

Thiago Rodrigues³

RESUMO

Este relato de experiência pretende trazer à discussão o papel da participação social neste complexo momento de reconstrução das práticas democráticas em nosso país descrevendo como ocorreram os Encontros Setoriais e as conferências municipais preparatórias para a 4ª Conferência Nacional de Cultura no Estado do Ceará, dando enfoque às práticas que resultaram no fortalecimento do campo em retomar, tanto em termos de diversidade, quanto em termos de qualidade, a participação da sociedade civil nos processos de elaboração, avaliação e definição das políticas públicas de cultura no Ceará e no Brasil.

*

A cultura voltou. Esta afirmação cheia de significados traz consigo a responsabilidade inerente à retomada das políticas públicas para a cultura, que após cerca de seis anos de desmonte e criminalização, retoma seu curso, objetivando, enfim, tornar-se uma política pública de Estado e consolidar seu Sistema Nacional de Cultura (SNC).

A recriação do Ministério da Cultura (MinC) como um dos primeiros atos após a posse do Presidente Lula, em janeiro de 2023, demonstra a importância que a cultura tem para a sociedade brasileira. Com isso, as

1 Doutor em História Cultural. Analista de Gestão Cultural e Orientador de Célula dos Sistemas Setoriais na Coordenadoria de Políticas para as Artes na Secretaria da Cultura do Ceará (Secult/CE). E-mail: leandro.silva@secult.ce.gov.br

2 Doutora em Cultura e Sociedade. Analista de Gestão Cultural e Assessora de Controle Interno e Ouvidoria da Secretaria da Cultura do Ceará (Secult/CE). E-mail: renata.melo@secult.ce.gov.br

3 Mestre em Comunicação Social. Produtor Cultural da Universidade Federal do Cariri (UFCA) cedido para atuação no Escritório Estadual do Ministério da Cultura (MinC). E-mail: rodrigues.thiago@cultura.gov.br

políticas culturais voltaram a ser pensadas como uma dimensão estratégica para o enfrentamento das desigualdades sociais tão amplamente verificadas em nosso cotidiano.

Alexandre Lucas ressalta em seu artigo “Conferências de cultura e a luta por participação, planejamento e dinheiro” que o processo de reordenamento da política nacional de cultura, que deve se dar a partir de intenso debate nos estados e municípios brasileiros, vem a ser a tarefa central no processo de “articulação e reoxigenação dos movimentos sociais de cultura dentro da construção da Conferência Nacional de Cultura”. Ele afirma que está em jogo a defesa “sem concessões” de uma política de Estado para a Cultura, que foi interrompida nos últimos anos e que, neste sentido, três questões merecem ser tratadas como prioritárias: a consolidação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), a ampliação imediata da Política Nacional Cultura Viva (PNCV) e a garantia permanente e com percentuais mínimos de aplicação de recursos nas esferas estaduais, municipais e federal (Lucas, 2023).

Os objetivos estão traçados e as prerrogativas para que os municípios possam captar recursos federais a partir das leis emergenciais foram devidamente lançadas: condicionar o repasse de verbas das leis emergenciais ao comprometimento dos municípios em aderir ao SNC, viabilizando os chamados CPF da Cultura (Conselho Municipal de Política Cultural, Plano Municipal de Cultura e Fundo Municipal de Cultura), como forma de firmar compromissos entre os entes federativos para que Estados e Municípios implementem e concretizem seus Sistemas Municipais de Cultura.

Entre outros aspectos do SNC, as conferências são oportunidades de encontro e discussão entre a sociedade civil e os entes governamentais com o objetivo de debater políticas, programas e ações a serem desenvolvidas nos anos seguintes. Após um hiato de dez anos da última Conferência Nacional de Cultura (CNC), realizada em 2013, a cultura está diante de um período fundamental de retomada dos processos participativos nos quais as conferências se colocam como momentos primordiais de afirmação democrática e de apontamentos para a construção de políticas públicas. Quando realizadas as conferências, sociedade civil e governos têm a oportunidade de mobilizar e promover encontros, além de fortalecer redes, conexões e diálogos sobre as necessidades de cada território. São

ocasiões para avaliar a maturidade das políticas públicas em municípios, estados e no Distrito Federal, e apontar novos caminhos. Mas vão além, são oportunidades de afirmar direitos sociais e políticos, fundamentais para o fortalecimento da cultura democrática.

A 4ª Conferência Nacional de Cultura (4ª CNC), que está prevista para ocorrer entre 04 e 08 de março de 2024, terá como tema central “Democracia e Direito à Cultura” e, a partir dessa grande temática, o setor cultural e a sociedade brasileira foram instados a debater a cultura como um dos elementos constitutivos da própria democracia e de afirmação da cultura como um direito universal, como é expresso no artigo 215 da Constituição Federal: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais”.

Em relação às conferências no estado do Ceará, foi emitida a Portaria nº 134, de 26 de julho de 2023, substituída posteriormente pela Portaria nº 148 de 18 de setembro do corrente ano, que convoca a 4ª Conferência Estadual de Cultura (4ª CEC) sob a coordenação da Coordenadoria de Articulação Regional e Participação (Copar) da Secult/CE em conjunto com o Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC), estabelecendo como tema geral “Democracia e o exercício dos Direitos Culturais no estado do Ceará”, bem como aprovando o Regimento Interno da 4ª CEC, construído pela Secult e CEPC.

A etapa municipal se iniciou com as cidades se responsabilizando pela regulamentação, convocação e realização de suas Conferências Municipais de Cultura (CMCs), cabendo aos poderes públicos municipais, por meio de suas secretarias correlatas e baseados nas orientações e apoio dado pela Secult/CE, organizarem todo o processo de realização de suas conferências, bem como garantirem a participação de seus delegados na Conferência Estadual de Cultura (CEC).

Os municípios tiveram a tarefa de elaborar seus regulamentos a partir do documento base da 4ª CNC, que tem como tema “Democracia e Direito à Cultura” e do Guia de Orientações Gerais para a realização das Conferências Municipais de Cultura (2023) elaborado pela Coordenadoria de Articulação Regional (Copar) da Secult/CE. Os referidos regulamentos se preocuparam em ressaltar a importância de contemplar as diretrizes e observar os critérios estabelecidos nos regimentos da 4ª CEC e da 4ª CNC. Foi observada uma demora na disponibilização do documento base da

4ª CEC, ainda em vias de ser publicado e que, em função do exíguo prazo, não pôde ser compartilhado entre os municípios em tempo hábil para auxiliar na reflexão dos eixos, restando a estes utilizar apenas os demais documentos já disponibilizados.

Acerca do Guia de Orientações Gerais para a realização das Conferências Municipais de Cultura (2023) elaborado pela Copar, pode-se dizer que foi um documento importante que teve como finalidade contribuir para a organização das conferências nos municípios trazendo um apanhado de informações, tais como o calendário das atividades, recomendações sobre como realizar a organização física das conferências, metodologias, propostas de trabalho, orientações para o trabalho em grupo, descrição de como deve se dar a plenária geral e a escolha dos delegados, bem como sugestões para a produção do relatório final, e que disponibilizou minutas de portarias e regulamentos e ainda uma lista de formulários e modelos que contribuíram e nortearam a estruturação dos processos nos municípios.

No estado do Ceará, as Conferências Municipais de Cultura contaram com apoio e participação de representantes da Secult/CE e do Escritório Estadual do Ministério da Cultura (EECE/MinC) em quase todas as cidades, nas quais as duas instituições agiram em parceria, com o objetivo de circular por todo o estado e garantir o processo das conferências.

No geral, com pequenas variações, as conferências municipais ocorreram com a seguinte programação: mesa de abertura; palestra sobre o tema das conferências (nacional, estadual e municipal); divisão dos e das participantes em Grupos de Trabalho (GTs) de acordo com os eixos temáticos da CNC; apresentação, debate e aprovação das propostas de todos os GTs em plenária; eleição de delegadas e delegados em plenária. Importante ressaltar que todos estes momentos precisaram ser registrados em ata e assinados pelos e pelas participantes, e também documentados em vários suportes (foto, vídeo, lista de presença de GTs) para que as etapas municipais da CNC pudessem ser validadas e referendadas na etapa estadual, e posteriormente, na etapa nacional.

Importante também dedicar um pouco de atenção aos eixos temáticos e suas abordagens por meio de grupos de trabalho durante as conferências municipais. Os seis eixos que norteiam a 4ª Conferência Nacional de Cultura são: 1) Institucionalização, Marcos Legais e Sistema

Nacional de Cultura; 2) Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social; 3) Identidade, Patrimônio e Memória; 4) Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural; 5) Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade; 6) Direito às Artes e Linguagens Digitais. Levando em consideração a realidade de municípios do interior do estado, com forte ocupação nas zonas rurais afastadas das sedes dos municípios, mas também levando em conta o prazo para realização das etapas municipais da conferência, assim como o hiato de 10 anos sem Conferência de Cultura e, ainda, o esvaziamento dos conselhos nos últimos anos, é relevante problematizar as escolhas temáticas dos eixos e a metodologia de divisão dos participantes em grupos distintos para debater e formular propostas para cada um deles, sob a ótica da participação social.

Uma percepção é de que os seis eixos temáticos escolhidos, ou o enfoque dado para cada um deles, não tenha sido algo de fácil compreensão ou de fácil percepção em função da realidade das pessoas desses municípios de interior que participaram das CMCs, fazendo com que os debates dos grupos ficassem, por vezes, travados, imobilizados, já que não se conseguia entender como aquelas temáticas dialogavam com o dia a dia desses agentes, e isso pode ter prejudicado a qualidade dos debates em alguns locais. Acreditamos que os eixos temáticos poderiam ter sido elaborados com textos mais objetivos, exemplificando com situações mais palpáveis ou de fácil visualização na realidade das pessoas, ou mesmo elencados subtemas dentro do tema geral de cada eixo, pois, do modo que consta no documento orientador da 4ª CNC, o generalismo dos eixos dificultou a compreensão de muitos participantes.

Outra questão que podemos abordar sobre a metodologia dos grupos de trabalho localiza-se na realidade de municípios pequenos nos quais as CMCs tiveram índices baixos de presença (conferências com menos de 50 pessoas), nas quais a obrigatoriedade de escolher participar das discussões de um eixo apenas (uma vez que ocorriam de forma paralela) prejudicou a qualidade dos debates, já que alguns grupos ficavam com poucos inscritos, com níveis distintos de compreensão e de atuação naquelas áreas, resultando em propostas que muitas vezes não refletiam da melhor forma as realidades locais. Acreditamos que poderia ter-se pensado uma metodologia alternativa para que nesses municípios onde

a participação nas conferências limitava-se a 50 pessoas, os debates dos Grupos Temáticos pudessem ser agrupados, oportunizando todas as pessoas conversarem, debaterem e elaborarem propostas para todos os eixos temáticos, criando possibilidades de uma maior participação social, que poderia resultar em debates mais qualitativos e propostas mais condizentes com as realidades locais e coletivas.

algo que também pode ter acentuado a dificuldade de organização das conferências, como também prejudicado o prévio aprofundamento nos debates conceituais dos eixos temáticos, foi a concorrência das conferências com o calendário de execução da Lei Paulo Gustavo, tendo sido ambos os processos realizados no segundo semestre de 2023. Isso dificultou a realização das pré-conferências, que poderiam ter papel importante nos debates dos eixos temáticos e, ainda, minimizar as ausências de compreensão temática por parte dos e das participantes. Entretanto, isto não sendo possível, a elaboração de uma metodologia de mediação e de condução dos GTs de forma mais detalhada e mais clara poderia ter oportunizado melhores debates, mais inclusivos e participativos.

Os Encontros Setoriais, por sua vez, celebraram a articulação e mobilização dos e das agentes culturais em torno dos debates setoriais e da representatividade dos diversos segmentos artísticos e culturais, para a deliberação de propostas e eleição de delegadas e dos delegados para a 4ª CEC. Esses encontros, em nível estadual e nacional, visam resgatar e garantir o acúmulo histórico dos debates em torno dos diversos setoriais de cultura. No Ceará, foram reconhecidos 26 Setoriais, tendo como referência as 18 Setoriais do MinC, legitimadas por meio de Planos Setoriais Nacionais, e 8 Setoriais complementares, em respeito aos assentos do Conselho Estadual de Políticas Culturais (CEPC). Este é o maior número de Encontros Setoriais realizados entre os estados.

A escolha política pela ampliação das setoriais no Ceará é a afirmação e reconhecimento de categorias, linguagens e seus e suas agentes em busca da ativação dos seus fóruns. Foi garantido, dessa maneira, maior participação e engajamento para fortalecer cada setor, aproximando e valorizando artistas e demais trabalhadores e trabalhadoras da cultura vinculados às setoriais.

As conferências municipais e os encontros garantiram a construção das conferências estadual e nacional a partir da base, dos territórios – de

forma mais orgânica e democrática. Podemos afirmar, com isso, que a 4ª Conferência Nacional de Cultura já começou, pelos municípios e por meio dos Encontros Setoriais. Se a vida política e econômica se dá nos municípios, na relação direta entre as instituições, artistas e demais agentes, a vida cultural também pode ser entendida assim.

E quanto aos desafios para a participação social neste processo? O que pudemos constatar?

A realização das etapas municipais da Conferência Nacional de Cultura enfrentou uma série de desafios de mobilização dos setores públicos e agentes da sociedade civil. O calendário para a organização das etapas estaduais e municipais representaram desde o princípio um obstáculo para a mobilização da Cultura no país. Recém-empossados, os 36 conselheiros e conselheiras do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) aprovaram, ainda em abril de 2023, o calendário da 4ª Conferência Nacional de Cultura.

Neste calendário, a etapa nacional seria realizada entre 4 e 8 de dezembro, deixando curtos os prazos para as etapas municipais e intermunicipais (até 31 de agosto), estadual e distrital (até 30 de outubro), conferências temáticas (até 30 de outubro). A portaria do MinC nº 41, de 04 de julho de 2023, formalizou o calendário a partir do Regimento Interno com alterações dos prazos das etapas municipais e intermunicipais (até 17 de setembro), estadual e distrital (até 30 de outubro), e mantendo o prazo da Conferência Nacional de 4 a 8 de dezembro de 2023.

Na prática, a formalização tardia pela portaria e a manutenção da etapa nacional em 2023 não ajudaram os estados e municípios no planejamento e execução de suas etapas, comprometendo a mobilização do setor cultural. A pressão dos estados fez com que a etapa nacional fosse programada para acontecer de 04 a 08 de março de 2024, ampliando os prazos das outras etapas, onde as municipais e intermunicipais puderam ocorrer até dia 30 de outubro, e as estaduais, por sua vez, até o dia 08 de dezembro.

Amudança dessas datas é um aspecto fundamental para entendermos os desafios vivenciados pelos estados e municípios. Precisamos lembrar que o setor cultural foi diretamente atingido nos últimos anos, sobretudo entre 2016 e 2022. O próprio Ministério da Cultura foi recriado e, com ele, a defesa apaixonada pela refundação de um país com muitas sequelas. As

leis emergenciais Aldir Blanc e Paulo Gustavo foram vitórias de um setor que, mesmo atingido desde o primeiro momento, precisou se articular a partir dos seus lugares e (r)existir aos ataques do Governo Bolsonaro potencializados pela pandemia de Covid-19.

O segundo semestre de 2023 se tornou um momento de grande articulação de todas e todos os agentes da cultura, tanto do poder público quanto da sociedade civil. Junto com as etapas preparatórias da 4ª Conferência Nacional de Cultura, os estados e municípios foram desafiados a executarem editais para aplicação dos recursos da Lei Paulo Gustavo. E, o que poderia ser a comemoração e fortalecimento mútuo, se transformou numa competição por atenção e mobilização. Servidores públicos e demais trabalhadores da cultura tiveram suas rotinas e atenção disputadas pelos lançamentos quase semanais de editais junto com as chamadas para participação das conferências municipais, intermunicipais, conferências livres, conferências temáticas, encontros setoriais e conferências estaduais.

Os desafios deste momento podem ser entendidos a partir da expectativa pela grande participação de pessoas nessas etapas, que por sua vez, representaram um otimismo característico do setor cultural. No Ceará, as participações tiveram média aproximada de 40 pessoas, atingindo 96,74% dos 184 municípios do estado - 167 que realizaram suas próprias conferências municipais e 11 municípios que participaram de conferências intermunicipais. Ao todo, mais de 6 mil pessoas registraram suas presenças nas conferências municipais e aproximadamente 400 pessoas nos Encontros Setoriais. São números expressivos, se tomarmos como referência a realidade de grande parte dessas localidades, cujas pastas de cultura não existiam e não tinham um lugar de importância para as administrações municipais, e onde os Conselhos Municipais de Política Cultural, ou são inexistentes ou são recém-instalados. As leis emergenciais e o incentivo pela elaboração dos chamados "CPF da Cultura" favoreceram a ativação da Cultura como lugar estratégico para execução de recursos nacionais, conseqüentemente estimulando o engajamento de trabalhadores e trabalhadoras da Cultura e demais agentes do campo cultural.

Para além da participação social, a experiência vivenciada nos processos de conferências municipais, intermunicipais e setoriais de cultura no Ceará, colocou-nos uma realidade interessante e um horizonte ainda

mais interessante sobre a atuação conjunta entre os entes federativos administrativos da Cultura (Secretarias Municipais, Secretaria Estadual e Ministério da Cultura). A marca de 178 municípios (de um total de 184) participando do processo de conferências só foi possível pela articulação e cooperação das representações administrativas desses três entes federativos, sejam nas demandas de logística (transporte, alimentação e hospedagem), sejam nas demandas políticas e metodológicas (condução de palestras, mediação de GTs, mobilização para participação de agentes culturais), mas, e principalmente, pelo objetivo comum de realizar o máximo de conferências municipais com o máximo de participação social possível. Isso, então, nos traz o desafio de pensar coletivamente e elaborar, também coletivamente, como se dará a atuação e a divisão de responsabilidades dos entes neste momento de reconstrução.

E, apesar dos inúmeros desafios enfrentados pela Secult/CE, pelo Escritório Estadual do MinC no Ceará, e pelas secretarias municipais no que diz respeito à mobilização de seus agentes e também acerca da escolha dos delegados que irão à conferência estadual, e todo o processo de construção das propostas que serão encaminhadas para a etapa estadual das conferências, prevista para ocorrer entre 30 de novembro e 03 de dezembro de 2023, verificamos uma nítida disposição do campo em retomar, tanto em termos de diversidade, quanto em termos de qualidade, a participação da sociedade civil nos processos de elaboração, avaliação e definição das políticas públicas de cultura no Ceará e no Brasil.

Podemos então afirmar, a partir dos relatos e reflexões aqui realizadas, que a 4ª Conferência Nacional de Cultura começou a partir do “Brasil de dentro”, parafraseando Capistrano de Abreu, neste grande Sertão que é o Brasil, do Brasil do interior para o Centro – metáfora apropriada, sem levarmos em conta ainda a realização da Conferência Nacional em Brasília, entre os dias 04 e 08 de março de 2024. Foi a partir deste Brasil enraizado e valorizando e potencializando as demandas de trabalhadores e trabalhadoras da Cultura e, portanto, fortalecendo o aspecto democrático da Conferência de Cultura e valorizando a participação social, que este movimento foi retomado.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

SILVA, Leandro; MELO, Renata; RODRIGUES, Thiago. O Ceará em estado de conferência: participação social e as conferências de cultura. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 100, n. 2, 2023. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/> Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cultura. 4ª Conferência Nacional de Cultura. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/4a-conferencia-nacional-de-cultura-1>

BRASIL. Ministério da Cultura. CNPC define calendário da 4ª Conferência Nacional de Cultura. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2023. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/2023/04/26/cnpc-define-calendario-da-4a-conferencia-nacional-de-cultura/#:~:text=Com%20o%20tema%20%E2%80%9CDemocracia%20e%20Direito%20%C3%A0%20Cultura%E2%80%9D%2C,diretrizes%20em%20todo%20o%20Brasil%20de%20maneira%20transversal.>

BRASIL. Ministério da Cultura. 4ª Conferência Nacional de Cultura: Documento Base. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/4a-conferencia-nacional-de-cultura-1/textos/4CNCDocBasev12_2023091411.pdf

CEARÁ (Estado). Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. Sobre a 4ª Conferência, 2023. Ceará: Secretaria de Cultura, 2023. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/4a-conferencia-estadual-de-cultura/>

CEARÁ (Estado). Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. Guia de Orientações Gerais para a realização das Conferências Municipais de Cultura, 2023. Ceará: Secretaria de Cultura, 2023. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/projeto/4868/>

CEARÁ (Estado). Secretaria da Cultura. Diário Oficial do Estado, Série 3, Ano XV, nº147. FORTALEZA, 04 de agosto 2023. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/files/project/4868/anexo-vii-portaria-regimento-estadual-portaria-secult-n-134-de-26-de-julho-de-2023-2.pdf>.

CEARÁ (Estado). Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. Portaria nº148_2023 convoca a 4ª Conferência Estadual de Cultura, 2023. Ceará: Secretaria de Cultura, 2023. Disponível em: https://www.secult.ce.gov.br/download/4a-conferencia-estadual-de-cultura-do-ceara/portaria-no148_2023-convoca-a-4a-conferencia-estadual-de-cultura-4a-cec-fortaleza-18-de-setembro-de-2023/

LUCAS, Alexandre. Conferências de cultura e a luta por participação, planejamento e dinheiro. Portal Vermelho. Publicado em 17 de outubro de 2023. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/conferencias-de-cultura-e-a-luta-por-participacao-planejamento-e-dinheiro/>. Acesso em: 12 nov. 2023.